

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Após acordo, SBM paga R\$ 549 milhões para a Petrobras.....	2
Título: Falta de atualização de sistema 'adianta' o horário de verão	3
Título: "Só os tanques e as baionetas"	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: SEM FUNDO	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Padilha vai comandar transição de governo.....	5
Título: Cesp confirma interesse pelo setor elétrico	6
Título: Petrobrás já recuperou mais de R\$ 3 bi após pagamento da SBM.....	7
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	8
Título: Petrobras reduz preço da gasolina	8
VEÍCULO: Valor Econômico.....	9
Título: Estatais devem elevar investimento em 2019.....	9
Título: Eletrobras não espera ofertas em leilão hoje.....	10
Título: Elektro impulsiona lucro da Neoenergia.....	11
Título: Justiça põe em xeque compliance da Petrobras.....	13
Título: Exportação da estatal subirá 'bastante', diz Ivan Monteiro	15
Título: Aeel ameaça processar gestores da Eletrobras	16
Título: IPO da Neoenergia é possibilidade em 2019	18
Título: Curtas	19
Título: Mercado prevê desempenho 'sólido' para a Vale no 3º tri	19
Título: Aberta na OMC disputa do açúcar com a China	21

Título: Etanol sobe, mas segue competitivo	22
Título: Destaques	22

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/10/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Após acordo, SBM paga R\$ 549 milhões para a Petrobras

Estatual já recebeu de volta pouco mais de R\$ 3 bi referentes a casos de corrupção da Lava-Jato

A Petrobras recebeu na sexta-feira um pagamento de R\$549 milhões da SBM. O valor é fruto do acordo de leniência firmado com o Ministério da Transparência, a Controladoria- Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU). Com isso, a estatal já recebeu pouco mais de R\$ 3 bilhões referentes a casos de corrupção revelados pela Operação Lava- Jato.

“Assinado em julho, o acordo previa a restituição da primeira parte dos valores, sendo R\$ 264 milhões relativos à multa administrativa e R\$ 285 milhões em antecipação de danos”, disse a CGU, em nota.

APTA A INTEGRAR LICITAÇÃO

No total, a empresa holandesa se comprometeu a pagar R\$ 1,22 bilhão. A segunda parcela do acordo de leniência, previsto na Lei Anticorrupção, inclui o abatimento do valor nominal de US\$ 179 milhões (cerca de R\$667 milhões, na cotação à época da assinatura) em pagamentos futuros, devidos pela Petrobras à SBM, com base em contratos vigentes de afretamento e operação. Segundo a CGU, a SBM fica apta a participar das licitações em curso e de contratações futuras na estatal brasileira.

“Nesse caso, a SBM terá de passar por todos os filtros e controles de conformidade a que estão submetidos os fornecedores da Petrobras. A empresa fica obrigada ainda a cooperar com os processos que poderão ser conduzidos pela CGU em desfavor de terceiros, como desdobramentos do caso”, informa a nota. Até o momento, já foram fechados 13 acordos de leniência que totalizam um valor de R\$ 4,57 bilhões.

O maior valor já firmado foi com a Odebrecht, no valor de R\$ 2,72 bilhões. Há ainda mais cinco acordos para serem fechados até o fim do ano. A expectativa é que o retorno aos cofres públicos chegue a R\$ 10 bilhões, destacou a CGU. Em nota, a Petrobras disse que atua como coautora do Ministério Público Federal e da União em 16 ações de improbidade administrativa, além de ser assistente de acusação em 54 ações penais.

A estatal acrescenta que seguirá adotando medidas contra empresas e indivíduos que causaram prejuízo à companhia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/10/2018

Seção: Economia

Autor: Sérgio Matsuura

Título: Falta de atualização de sistema ‘adianta’ o horário de verão

Quem não baixou a última versão viu celular e computador avançarem uma hora no relógio

A atualização automática dos relógios nos smartphones é uma ferramenta útil para quem circula por vários fusos horários. Basta desembarcar no destino, ligar o celular e pronto: o horário local está ajustado, quase como mágica. Mas um erro nessa “magia” pode provocar confusão, como se viu na virada de sábado para domingo, quando os relógios de smartphones e computadores entraram no horário de verão erroneamente.

A origem do problema está no mecanismo de atualização automática do horário. A atualização segue protocolos internacionais, mas, para que funcionem corretamente, o usuário tem de fazer a sua parte e manter o sistema operacional do celular ou computador atualizado. —Em 2008, um decreto padronizou o horário de verão que valeu até o ano passado.

Então, nos últimos nove anos, a comunidade técnica não precisou alterar a tabela e se esqueceu da questão — disse Antônio Moreiras, gerente de projetos do Núcleo de Informação e Coordenação do PontoBR (Nic.br), referindo-se à regra que vigorou até 2017, pela qual o horário de verão começava sempre no terceiro domingo de outubro.

Ele ressaltou que o problema afetou principalmente smartphones que usam o sistema operacional Android. Há dois protocolos que ajustam o horário nos aparelhos eletrônicos. O Identidade de Rede e Fuso Horário (Nitz, na sigla em inglês) é um deles. Foi um erro neste sistema que levou celulares da TIM a entrarem no horário de verão na virada de 14 para 15 de outubro.

ESTABILIDADE DA REGRA

O outro é o Protocolo de Tempo para Redes (NTP, em inglês), que ajusta os relógios pela internet. Ele está sincronizado com a Hora Legal Brasileira, graças a um acordo entre o Nic.br e o Observatório Nacional. O NTP opera na escala Tempo Universal Coordenado (UTC, em inglês) e não é afetado por alterações de fuso ou horário de verão.

Nesse caso, para ajustar os relógios, as empresas contam com a Autoridade para Atribuição de Números da Internet (Iana, em inglês), que oferece um banco de dados de fusos horários de todos os países. Em janeiro, ele foi atualizado conforme o decreto 9.242/ 2017, que alterou o início do horário de verão para o primeiro domingo de novembro.

—Na maior parte dos casos, deve ter acontecido a falta de atualização dos usuários —afirmou Moreiras, que defende uma regra estável para o horário de verão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/10/2018

Seção:

Autor: Ancelmo Gois

Título: "Só os tanques e as baionetas"

Menos perigo na estrada

Uma das primeiras dores de cabeça do próximo governo, a ser eleito domingo, será —ou seria? —o fim da subvenção de R\$ 0,30 por litro de diesel. A medida acaba em 31 de dezembro, véspera da posse, um legado da greve dos

caminheiros que parou o país em junho. Mas, só esse mês, o preço do diesel caiu R\$ 0,20, resultado, principalmente, da queda do preço do dólar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: SEM FUNDO

Mercado Aberto

A Amazonas Distribuidora, que a Eletrobras não pôde vender, pode ter mais um problema: nesta terça (23), o STJ decide se o Ministério Público pode multá-la por problemas de fornecimento em Tabatinga (AM).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/10/2018

Seção:

Autor: BRASÍLIA

Título: Padilha vai comandar transição de governo

Ministro-chefe da Casa Civil fará reuniões com outros ministros a partir de hoje; Temer diz que troca será "tranquila"

O presidente Michel Temer disse ontem, durante reunião com ministros, que fará uma transição "muito tranquila" com o seu sucessor. "Essa transição já está sendo equacionada, muitos dados já foram formalizados pelas várias áreas do governo", afirmou. Segundo Temer, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, será responsável por concentrar o diálogo do Planalto com a equipe escolhida pelo próximo presidente.

"Eu pretendo centralizar essa missão na figura do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha. Acho que se nós falarmos muito esparsamente pode ocorrer algum equívoco que será prejudicial ao novo governo", explicou Temer.

Diálogo. O presidente disse ainda que a centralização será "fundamental" para assegurar um diálogo produtivo com a nova gestão e que todos os demais ministros devem repassar as informações para Padilha.

O ministro-chefe da Casa Civil fará, partir de hoje, reuniões com os outros ministros para a elaboração final dos documentos da transição para o próximo governo.

Estavam presentes no encontro os ministros Eduardo Guardia (Fazenda), **Moreira Franco (Minas e Energia)**, Gustavo do Vale Rocha (Direitos Humanos), Ronaldo Fonseca (Secretaria- Geral) e Carlos Marun (Secretaria de Governo).

Temer ponderou que a transição será executada em definitivo quando o presidente eleito indicar os seus representantes, após o resultado do segundo turno da eleição presidencial. / JULIA LINDNER e TÂNIA MONTEIRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/10/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Cesp confirma interesse pelo setor elétrico

A privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), realizada com sucesso há alguns dias, não apenas confirma o interesse dos investidores pelo setor elétrico, como retrata as dificuldades enfrentadas na alienação de um ativo público com grande visibilidade, como também ocorre com a Eletrobrás.

A venda para o consórcio São Paulo Energia, formado por Votorantim Energia e o fundo de pensão Canada Pension Plan Investment Board, ocorreu após a frustração de quatro tentativas, desde que São Paulo iniciou, em 1996, o processo de desestatização do setor de energia.

Em 1997, foi privatizada a Companhia Paulista de Força e Luz. Em 1998, foi vendida a distribuidora Elektro. As geradoras Paranapanema e Tietê foram desestatizadas em 1999 e a transmissora CTEEP foi vendida em 2006. A Cesp foi controladora dessas companhias, mas, na semana passada, só dispunha do controle das usinas Porto Primavera, Jaguari e Paraibuna.

Na prática, um dos maiores obstáculos à privatização da Cesp era o vencimento, neste ano, da concessão de Porto Primavera, com capacidade instalada de 1.540 MW, do total de 1.654 MW que representavam a capacidade total de geração da Cesp. O vencedor do leilão depende da aprovação da agência reguladora Aneel para garantir a concessão de Porto Primavera até 2048. O Estado receberá R\$ 1,7 bilhão pela venda da Cesp e a União, R\$ 1,4 bilhão pela renovação da concessão de Porto Primavera.

A oferta de compra inclui as ações dos minoritários, que poderão vender seus papéis pelo mesmo preço dos controladores. Mais R\$ 200 milhões terão de ser desembolsados na compra das ações dos empregados da Cesp que quiserem alienar os títulos. O Grupo Votorantim e o fundo canadense já tinham constituído uma joint venture em 2017 para investir no Brasil.

“Temos interesse em investir em energias renováveis no Brasil e a Cesp faz parte dessa estratégia”, disse o diretor da Votorantim Energia e presidente do Conselho da joint venture, Fabio Zanfelicce. Analistas acreditam que a privatização permitirá reduzir os custos operacionais da Cesp para níveis semelhantes aos de companhias privadas de eletricidade.

Trata-se, provavelmente, de uma das últimas oportunidades de compra de uma estatal de porte, caso não avance a venda da Eletrobrás e subsidiárias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás já recuperou mais de R\$ 3 bi após pagamento da SBM

Montante restituído faz parte do acordo de leniência com Ministério da Transparência, GCU e AGU

A Petrobrás recebeu até agora mais de R\$ 3 bilhões em restituições feitas por empresas e pessoas envolvidas em casos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato, apontaram ontem dados compilados pelo governo. O montante inclui pagamento de R\$ 549 milhões feito à Petrobrás na sexta-feira pela maior empresa de afretamento de plataformas no mundo, a SBM Offshore, também uma das principais fornecedores da Petrobrás.

O pagamento da SBM, que se soma aos mais de R\$ 2,5 bilhões recebidos pela Petrobrás até agosto, faz parte do acordo de leniência com o Ministério da Transparência e Controladoria- Geral da União e a Advocacia- Geral da União. Assinado em julho, o acordo com a SBM previa a restituição da primeira parte dos valores – em até 90 dias –, sendo R\$ 264 milhões relativos à multa administrativa e R\$ 285 milhões em antecipação de danos.

No total, a empresa holandesa se comprometeu a pagar R\$ 1,22 bilhão. Em meio às investigações da Lava Jato, a SBM foi acusada de irregularidades em contratos com a Petrobrás. A segunda parcela do acordo de leniência, previsto na Lei Anticorrupção, inclui o abatimento do valor de cerca de R\$ 667 milhões,

em pagamentos futuros, devidos pela Petrobrás à SBM, com base em contratos vigentes de afretamento e operação.

O total em ressarcimentos obtidos até o momento, no entanto, representa uma parcela inferior a 10% do que a empresa espera receber como vítima dos casos de corrupção. Em 28 de agosto, a Petrobrás informou em nota que ainda buscava o ressarcimento de mais de R\$ 40 bilhões referentes a indenizações e multas no âmbito da Operação Lava Jato.

REUTERS

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 23/10/2018

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Petrobras reduz preço da gasolina

A Petrobras anunciou ontem nova redução do preço médio da gasolina vendida nas refinarias. O valor do combustível tipo A, sem impostos, cairá 2%, a partir de hoje, e passará a ser entregue às distribuidoras por R\$ 2,0639 cada litro. No sábado, a estatal já havia anunciado um corte de 2%, após mais de 8 dias de preços inalterados. O preço do diesel continuará em R\$ 2,3606 por litro até 29 de outubro.

Com o novo reajuste divulgado ontem, o valor da gasolina nas refinarias é o mais baixo desde 25 de agosto, quando o litro custava R\$ 2,0544. O repasse da queda para as bombas, no entanto, depende dos postos de combustíveis, que têm liberdade para definir os preços de venda ao consumidor, ou seja, os reajustes definidos pela Petrobras não necessariamente são acompanhados na mesma proporção pelos revendedores.

Na semana passada, o valor médio da gasolina vendido nos postos subiu em 15 estados brasileiros, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em outros 11 estados e no Distrito Federal houve recuo. Na média nacional, os preços médios avançaram 0,06%, de R\$ 4,722 para R\$ 4,725.

Segundo o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo, dois fatores influenciaram a decisão anunciada ontem pela Petrobras: a cotação do dólar, que está em queda, e o valor do barril de petróleo no mercado externo, que parou de subir. “Com a situação eleitoral praticamente

definida em torno de um candidato que promete implementar uma política econômica de cunho liberal, o dólar sofreu uma redução considerável. E houve também um equilíbrio no preço do barril do petróleo lá fora. Esses dois aspectos influenciaram na queda da gasolina”, explicou.

No entanto, os consumidores não estão satisfeitos. O gestor Vanderson Rodrigues, 29 anos, conta que trocou de carro devido aos altos preços do combustível. “Optei por um carro mais econômico, em lugar de comprar um veículo com potência maior”, disse. “Além disso, há mais de um ano eu só abasteço com etanol”, acrescentou.

*** Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: Estatais devem elevar investimento em 2019

Depois de atingirem no ano passado o nível mínimo da série histórica, os investimentos das estatais estão em fase de estabilização e devem, puxados pela Petrobras, entrar em alta no ano que vem, segundo avaliação do ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Manoel Pires.

Ele avalia que esse deverá ser um dos vetores do crescimento econômico de 2019, mas aponta com preocupação a incerteza em torno do que acontecerá com os investimentos da Eletrobras, que continuam em queda.

"Nos últimos anos, observamos uma queda substancial dos investimentos das empresas estatais federais. A série histórica pode ser dividida em quatro períodos. Nos dois primeiros anos (2000-01) os investimentos encontraram-se na média em 0,9% do PIB. Entre 2002 e 2006, os investimentos se aceleraram de forma moderada atingindo a média de 1,28% do PIB. A partir de 2007 inicia-se uma forte aceleração chegando a 2% do PIB na média do período até 2013. A partir de 2014 observa-se uma forte contração. Em 2017 os investimentos alcançaram a mínima da série histórica", diz Pires em uma análise para seu Observatório de Política Fiscal.

Ao **Valor** o economista explicou que neste ano os sinais são de estabilização, principalmente por causa da ligeira melhora nos investimentos da Petrobras,

que representam 85% desse gasto das estatais, apesar de a Eletrobras continuar recuando. Ele enxerga que esse movimento da estatal petrolífera tende a continuar, com a principal fase de desalavancagem da empresa tendo ficado para trás.

Segundo ele, o desempenho da Petrobras é um importante impulso para a economia, especialmente para os investimentos. A empresa sozinha representa cerca de 4% da Formação Bruta de Capital Fixo e já foi mais que o dobro disso, em 2013. Naquele período, só o recuo da empresa entre 2013 e 2014 representou metade da queda da formação bruta naquele período. "A Petrobras é muito impactante."

Entre 2013 e 2018, os investimentos do conjunto das estatais caíram 56%, em termos nominais. "É verdade que estava muito alto o nível de investimentos, tem projetos que a gente sabe que não renderam frutos, mas mesmo assim é uma desalavancagem forte, é menos contratação, menos capital, menos muita coisa", afirmou.

O tema das estatais é um dos aspectos mais importantes do debate eleitoral deste ano. O candidato líder nas pesquisas hoje, Jair Bolsonaro, tem no seu programa econômico uma defesa de um amplo processo de privatizações de empresas do governo federal. Seu guru econômico e já anunciado como futuro ministro da Fazenda de um eventual governo, Paulo Guedes, defende que se vendam todas as empresas, inclusive as grandes como Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Mas Bolsonaro já tratou de baixar as expectativas dizendo que não venderá empresas estratégicas.

Vale lembrar que essas grandes empresas representam mais de 90% dos investimentos das empresas do governo federal. No caso da Eletrobras, contudo, uma privatização é o caminho mais viável para que o setor tenha retomada dos investimentos, dadas as enormes dificuldades de caixa da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Eletrobras não espera ofertas em leilão hoje

A Eletrobras não deve receber propostas pela Amazonas Distribuidora na tarde hoje, o que vai obrigar a estatal a tentar uma nova data para o certame, ou começar a tratar da liquidação da distribuidora. A entrega de propostas e

garantias para o leilão, originalmente marcada para a manhã de ontem, ficou para a tarde de hoje, entre 14h e 17h, informou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo fontes, como o projeto de lei que viabilizava financeiramente a operação da distribuidora amazonense foi rejeitado na semana passada pelo Senado, as chances de haver um interessado na aquisição são mínimas.

Se a Eletrobras não receber propostas hoje, terá poucas alternativas pela frente. A estatal pode declarar que o leilão está cancelado pela falta de interessados e iniciar as tratativas para a liquidação da companhia, ou tentar marcar uma nova data para o certame, na esperança de que, até a sua realização, algo seja feito para viabilizar a privatização da distribuidora.

Uma opção avaliada pela estatal, apurou o **Valor**, é adiar o leilão em um mês, para o fim de novembro. A ideia seria dar aos potenciais compradores tempo suficiente para adequar as propostas, a fim de tentar extrair algum valor da distribuidora mesmo sem a alteração legal. Ainda assim, avaliam investidores e analistas ouvidos sob condição de anonimato, seria muito difícil alguém viabilizar a operação considerando as regras atuais.

Em julho, a Eletrobras adiou para 31 de dezembro o prazo final em que vai fazer a gestão das distribuidoras de forma "designada". A data já tinha sido adiada antes, pois o processo de avaliação das distribuidoras e elaboração das regras do leilão levou mais tempo que o esperado inicialmente. O plano original da companhia era privatizar as seis distribuidoras - Cepisa (Piauí), Ceal (Alagoas), Boa Vista (Roraima), Ceron (Rondônia), Amazonas Energia e Eletroacre - em um único leilão, que teve a data adiada por sucessivas vezes.

Ao fim de julho, a companhia finalmente conseguiu privatizar a Cepisa, que foi arrematada pela Equatorial. Ceron e Eletroacre foram compradas pela Energisa em agosto, quando a Oliveira Energia ficou com a Boa Vista. Além da Amazonas Energia, cujo leilão pode acontecer nesta semana, está pendente ainda a venda da Ceal, travada por uma disputa entre a União e o governo de Alagoas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Elektro impulsiona lucro da Neoenergia

A incorporação da Elektro, distribuidora que atua no interior de São Paulo e cinco municípios do Mato Grosso do Sul, ocorrida em agosto de 2017, teve efeito decisivo no resultado da Neoenergia no terceiro trimestre deste ano. A elétrica brasileira controlada pelo grupo espanhol Iberdrola, a Previ e o BB investimentos, registrou lucro atribuído aos acionistas controladores de R\$ 498,78 milhões no período, revertendo prejuízo de R\$ 18,436 milhões apurado entre julho e setembro do ano passado.

Na mesma comparação, a receita operacional líquida da Neoenergia cresceu 23,03%, totalizando R\$ 7,191 bilhões, e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 111,7%, somando R\$ 1,3 bilhão.

Na composição do Ebitda, o segmento de redes (distribuidoras) representou 81% (R\$ 1,065 bilhão) e o segmento de geração de fontes renováveis respondeu pelos 19,51% restantes (R\$ 254,6 mil).

O volume total de energia distribuído pela Neoenergia, incluindo os mercados cativo e livre, totalizou 13.702 gigawatts-hora (GWh) no terceiro trimestre de 2018, com um crescimento de 29,65%, em relação a igual período do ano passado. O acréscimo, segundo a empresa, foi influenciado principalmente pela carga da Elektro, de 2,759 GWh.

Do total de energia distribuída, 3.440 GWh foram entregues ao mercado livre, com alta de 51,07% ante igual período de 2017.

Os custos e despesas operacionais da Neoenergia no trimestre somaram R\$ 6,178 bilhões, alta de 14,63% ante o período de julho a setembro de 2017, devido, principalmente, à consolidação dos custos dos ativos incorporados em agosto do ano passado.

A Neoenergia indicou ainda que, com relação às quatro distribuidoras do grupo (Elektro, Celpe, Cosern e Coelba), houve significativo aumento dos custos não-gerenciáveis, em função do aumento das despesas com energia elétrica comprada para revenda no mercado de curto prazo, impactado pela elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) - preço spot de energia - e aumento da tarifa de energia de cotas de garantia física.

No acumulado do ano até setembro, o lucro atribuído aos controladores da Neoenergia somou R\$ 1,17 bilhão, com crescimento de 356,55% ante igual período do ano passado. Na mesma comparação, a receita líquida avançou 38,92%, para R\$ 27,7 bilhões, e o Ebitda cresceu 63,22%, somando R\$ 3,464 bilhões.

Em comunicado sobre o resultado, a Neoenergia destacou que o crescimento do Ebitda é explicado, principalmente, "pelas revisões e reajustes tarifários das distribuidoras [do grupo], incorporação da Elektro Holding em agosto de 2017 e ações de otimização dos custos gerenciáveis, principalmente para o segmento de redes".

Também pesou favoravelmente o reajuste anual tarifário da Elektro, em vigor desde agosto de 2018. Segundo a empresa, em função do reajuste, o efeito médio percebido na tarifa pelos consumidores cativos da Elektro foi um aumento de 24,42%.

Com relação a investimentos, a Neoenergia reduziu em 4,7% o volume total investido até setembro deste ano (R\$ 2,569 bilhões), em relação aos primeiros nove meses de 2017. Do total investido no acumulado do ano, R\$ 2,188 bilhões foram dedicados ao segmento de redes, R\$ 69,222 milhões ao setor do mercado livre e R\$ 311 milhões para a área de geração de fontes renováveis.

A Neoenergia encerrou setembro com 13,7 milhões de clientes, 1,4% a mais que igual mês de 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Justiça põe em xeque compliance da Petrobras

A aparentemente simples licitação para o fornecimento de hotelaria e alimentação para plataformas marítimas operadas pela Petrobras, no valor de aproximadamente R\$ 1 bilhão, tornou-se um verdadeiro teste para a eficácia do atual programa de conformidade da estatal, quatro anos após a deflagração da operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que revelou um esquema de corrupção envolvendo executivos da companhia, outras empresas e políticos. Uma disputa judicial relacionada à licitação tem colocado em conflito o programa anticorrupção da Petrobras e a Lei 8.666/1993, conhecida como a Lei de Licitações.

A licitação aberta pela Petrobras foi voltada a empresas que preparam as refeições e as camas de trabalhadores que a companhia embarca em suas plataformas marítimas, nas bacias de Campos e Santos. Ao lançar a concorrência, a petroleira não convidou a Convida Refeições, empresa do grupo De Nadai, citado na investigação da "Máfia das Merendas", em São Paulo, e que não atendeu aos requisitos de integridade previstos no programa anticorrupção

da estatal. Pelo programa de conformidade da Petrobras, a Convida Refeições possui alto grau de risco de integridade (GRI).

A Convida, porém, entrou na Justiça e obteve liminar do juiz Mauro Luiz Rocha Lopes, da 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que garantiu sua participação no certame, com base na Lei de Licitações, que obrigou a estatal a aceitar a proposta da empresa. Com a participação permitida na licitação, a Convida apresentou a menor oferta por um dos quatro lotes da concorrência.

A Petrobras apresentou defesa no processo aberto na Justiça para tentar retirar a Convida da licitação, mas, enquanto a decisão não sai e a liminar permanece em vigor, a empresa, cujos sócios majoritários estão em recuperação judicial, figura como vencedora do primeiro lote da concorrência, no valor de R\$ 324 milhões.

Os vencedores dos demais lotes foram a LC Administração de Restaurantes, a Alternativa Macaense Serviços de Hotelaria e a Elo Alimentação (Elasa).

Após o resultado, além da própria Petrobras, outras participantes da licitação entraram com recursos na Justiça questionando a participação da Convida Refeições, devido ao GRI elevado, e a inexequibilidade do preço oferecido pela companhia. Ainda não houve decisão da Justiça. E o contrato com as vencedoras da licitação, até o momento, não foi assinado pela Petrobras.

Disputa judicial coloca em conflito programa anticorrupção da Petrobras e a Lei de Licitações

Em comunicado enviado recentemente aos participantes da licitação, ao qual o **Valor** teve acesso, a Petrobras informou que "está apresentando suas alegações defensivas, porém até o momento não obteve reversão da decisão, fato que impossibilita a comissão de licitação de desclassificar esta licitante [Convida Refeições], mesmo que a mesma seja objeto de denúncia pelo Ministério Público, uma vez que esta questão está inserida na discussão travada no citado processo".

Ao **Valor**, a Petrobras confirmou que está recorrendo da sentença e que continuará tomando todas as medidas cabíveis para a defesa dos seus interesses. A empresa acrescentou, em nota, que os fornecedores interessados em iniciar ou manter relacionamento com a companhia devem demonstrar conformidade com o "Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção", e assumir o compromisso de cumprir as leis anticorrupção e as políticas, procedimentos e regras de integridade aplicáveis".

A estatal esclareceu ainda que os fornecedores devem ser submetidos a diligências apropriadas, que avaliam o risco de integridade. Os fornecedores

avaliados com alto risco de integridade não podem participar de procedimentos de contratação com a companhia. De acordo com a Petrobras, desde que o procedimento atual de diligência foi implantado, há três anos, 3% do total de empresas avaliadas receberam a classificação GRI alto e que cerca de 20% delas conseguiram melhorar a sua avaliação posteriormente, após investirem em mecanismos de governança e de combate à corrupção.

Em sua defesa no processo, a Convida Refeições alegou que sua intenção "nunca foi insurgir-se contra o programa de integridade da Apelante [Petrobras]. O que não se admite é atribuir aos procedimentos internos adotados neste programa o caráter punitivo, em desrespeito a legislação vigente". E completou: "A lei confere à política de integridade instituída pela Petrobras o caráter meramente investigativo, razão pela qual, independentemente do procedimento adotado, todos são destituídos de natureza sancionadora. Sendo assim, impedir que empresas que cumpram integralmente os requisitos previstos no ordenamento jurídico brasileiro participem das licitações da Apelante é, no mínimo, inadmissível!"

Após a entrada em vigor da Lei Anticorrupção brasileira, em 2013, e da lei 13.303, a Lei das Estatais, em 2016, os processos de licitação da Petrobras foram aperfeiçoados, com regras mais rígidas de compliance.

Em sua defesa no processo, a Petrobras lembrou que o esquema de corrupção investigado na Lava Jato "acarretou graves perdas financeiras e de imagem" à companhia. A empresa exemplificou a baixa de R\$ 6,2 bilhões do valor de ativos imobilizados, devido ao esquema investigado na Lava-Jato, do qual a companhia reafirmou ser "vítima dos ilícitos praticados".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Exportação da estatal subirá 'bastante', diz Ivan Monteiro

As exportações de petróleo da Petrobras aumentarão "bastante" em 2019, acompanhando o crescimento "fantástico" da produção nacional de óleo e gás no ano que vem, disse o presidente da estatal, Ivan Monteiro. Diante desse aumento, a empresa terá de voltar ao mercado para contratação de novos navios aliviadores (embarcações que fazem o escoamento da produção das plataformas), depois do esforço de redução de sua frota nos últimos anos.

A Petrobras espera dar um salto na produção em 2019, para um novo patamar recorde anual. A meta da estatal é produzir, em média, 2,3 milhões de barris diários de petróleo no Brasil, o que representa um aumento de 9,5% frente aos 2,1 milhões de barris diários projetados para este ano.

"A curva de produção aumentará fantasticamente entre 2018 e 2019", disse. "A Petrobras se tornou exportadora de petróleo, algo que parecia um sonho, e ano que vem esse volume aumentará bastante", frisou Monteiro durante evento na Fundação Getulio Vargas.

No primeiro semestre, a Petrobras exportou, em média, 462 mil barris diários de petróleo, volume 16% menor ante o registrado em igual período do ano passado. A expectativa para 2019 é de alta. "A produção de petróleo hoje é superior à capacidade de refino. Com o aumento da produção, portanto, haverá um crescimento da exportação, o que exigirá mais aliviadores", disse o gerente-geral de programação de refino, transporte e comercialização da Petrobras, Roberto Ken Nagao, ao **Valor**.

Segundo ele, a companhia conseguiu cortar este ano, em 27%, a sua frota de navios aliviadores, por meio de iniciativas de integração de sistemas. A otimização da frota, que caiu de 37 unidades para 27 navios, permitiu à companhia economizar cerca de US\$ 66 milhões entre janeiro e setembro.

Essa economia com o aluguel dos navios foi possível graças a uma melhoria operacional nas operações de transferência do óleo, por meio da integração de sistemas. Segundo o executivo da Petrobras, o programa de eficiência operacional reduziu a ociosidade dos navios. "Com isso, conforme os contratos de aluguel das unidades venciam, optamos por não renová-los. Não houve rompimento de contratos, foi um processo", disse Nagao.

Segundo ele, o processo de integração de sistemas teve início em 2016, mas só este ano passou a ser plenamente utilizado para otimizar as operações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Aeel ameaça processar gestores da Eletrobras

A Associação de Empregados da Eletrobras (Aeel) ameaça entrar com processos na Justiça e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra diretores e conselheiros da companhia, por gestão temerária, caso a Amazonas Energia,

distribuidora da companhia no Amazonas, seja privatizada em leilão na quinta-feira. A entidade alega que os dirigentes podem ser responsabilizados no caso da privatização da empresa, que pode levar à holding à assunção de dívidas entre R\$ 8,9 bilhões e R\$ 11,8 bilhões da distribuidora.

"Vamos tomar as providências jurídicas [contra os executivos] ", afirmou Emanuel Torres, diretor da Aeel em entrevista ao **Valor**.

Em nota sobre o assunto, a entidade afirma que "não medirá esforços na sua luta contra a União, o atual presidente da Eletrobras [Wilson Ferreira Júnior], diretores e conselheiros de administração da empresa em relação aos riscos para a holding em função das condições de privatização das distribuidoras, em especial da Amazonas Distribuidora. [...] Provavelmente o seguro dos dirigentes não cobre estes atos de gestão que podem provocar grave crise de liquidez na companhia, condição nítida de gestão temerária".

No documento, a associação dos empregados faz menção à resolução do conselho do Programa de Parceiras de Investimentos (PPI) e à decisão da assembleia de acionistas da Eletrobras que aprovaram a venda da Amazonas Distribuidora, por R\$ 50 mil, com a assunção, pela holding, das dívidas da subsidiária.

Mesmo com a rejeição pelo Senado do projeto de lei que neutralizaria os custos para o novo controlador da Amazonas Distribuidora, na última semana, o governo decidiu manter o leilão. "Tenho a impressão de que se ela [Eletrobras] está mantendo [o leilão] é porque tem algum interessado", completou Torres.

Pelo cronograma do leilão da distribuidora do Amazonas, os interessados deverão apresentar documentos com as ofertas hoje, na B3, em São Paulo. A abertura das propostas está marcada para a quinta-feira, no mesmo local. Procurada pelo **Valor**, a Eletrobras não comentou o assunto.

Maior e mais problemática distribuidora da Eletrobras, a Amazonas Energia registrava, em dezembro de 2016, passivos de curto prazo de R\$ 6,2 bilhões, e passivos de longo prazo que somavam R\$ 14,1 bilhões.

Neste ano, a Eletrobras já vendeu quatro das suas seis distribuidoras. Restam ainda a Amazonas Energia e a Ceal (Alagoas). A privatização da distribuidora alagoana, porém, está suspensa por uma liminar.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Juliana Schincariol | Do Rio****Título: IPO da Neoenergia é possibilidade em 2019**

Uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da Neoenergia pode ser uma "possibilidade mais concreta" a partir do primeiro trimestre do próximo ano, de acordo com o presidente da Previ, José Mauricio Coelho. O fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, o maior do país, faz parte do bloco de controle da empresa de energia e tem uma fatia avaliada em quase R\$ 8,5 bilhões.

Coelho reiterou que a empresa precisa mostrar seus resultados e sinergias ao mercado, para dar o passo seguinte em relação ao IPO. "É importante ainda ter essa etapa de mostrar a captura de resultados. A partir do ano que vem, a partir do primeiro trimestre [um IPO] passa a ser uma possibilidade mais concreta. Evidente que depende das condições do mercado".

A Neoenergia se preparava para realizar um IPO no fim do ano passado, mas cancelou a emissão. Na época, o **Valor** noticiou que os acionistas decidiram não levar adiante o IPO pelo fato de a oferta não ter atraído demanda para os papéis na faixa de preços indicada, de R\$ 15,02 a R\$ 18,52. A operação aconteceria em meio a emissões como as da BR Distribuidora, Burger King e Carrefour.

Em junho, o ex-presidente da Previ Gueitiro Genso já havia dito que um IPO da companhia era prioridade na Previ. Ele deixou o cargo na fundação em junho, e passou o bastão para Coelho, que até então era presidente da BB Seguridade. A fatia da Neoenergia representa 9,82% da carteira de renda variável do Plano 1 da Previ, que tem investimentos de mais de R\$ 170 bilhões. A política de investimentos da fundação prevê a saída de blocos de controles em companhias em que atua, caso também de Vale e Invepar.

Na empresa de concessões de infraestrutura, a participação da Previ é avaliada em R\$ 1,57 bilhão, mas para o curto prazo não há previsão de venda desta fatia, que representa 25,5% da empresa. "Nosso entendimento é que Invepar está muito bem preparada para retomada da economia. Ela não tem investimentos grandes para fazer e cuida da última etapa da reestruturação da dívida. Não pretendemos fazer nenhum movimento agora", disse. A Invepar iniciou, na semana passada, rodada de encontros com investidores e pretende fazer uma emissão de US\$ 650 milhões. A empresa tenta captar recursos para pagar uma

debênture de R\$ 1,1 bilhão que vence em dezembro e que se refere à dívida da companhia com a empresa de investimentos Mubadala.

Em agosto, o próprio Mubadala havia feito uma proposta para adquirir a companhia, mas foi rejeitada pelo fundo de pensão. A Previ considerou termos da oferta vinculante "insatisfatórios" e a proposta foi rejeitada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério volta a subir

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao abriu a semana em nova alta, de 0,71%, para US\$ 73,80 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com teor de ferro de 62%. Com a alta de ontem, a commodity renova o maior valor desde 7 de março e acumula ganho de 6,6% em outubro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Mercado prevê desempenho 'sólido' para a Vale no 3º tri

O mercado espera um bom resultado para a Vale no terceiro trimestre do ano, segundo expectativa de analistas de bancos de investimento e de corretoras ouvidos pelo **Valor**. O recorde no volume de vendas e maiores prêmios pagos por qualidade no minério de ferro devem impulsionar o resultado da mineradora. A previsão de nove instituições financeiras ouvidas pela reportagem indica uma receita média de US\$ 9,41 bilhões para a Vale de julho a setembro, alta de 4% sobre igual período de 2017.

Já o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) projetado pelos bancos para o terceiro trimestre ficou, também na média, em US\$ 4,3 bilhões, alta de 2,7% sobre igual trimestre de 2017. As instituições projetam lucro de US\$ 1,94 bilhão para a Vale no terceiro trimestre de 2018, 12,7% abaixo dos US\$ 2,23 bilhões do mesmo período do ano passado.

Em relatório, o Santander disse esperar que a Vale divulgue resultado "sólido" no terceiro trimestre, ajudada pelo crescimento da produção de minério de ferro e pelo aumento de US\$ 1,5 por tonelada nos prêmios médios recebidos nos preços de venda do produto. O prêmio médio recebido pela Vale ficou em US\$ 8,6 por tonelada no terceiro trimestre ante US\$ 7,1 por tonelada no segundo trimestre deste ano. Os prêmios são adicionais pagos por minérios de qualidade, com alto teor de ferro e baixos percentuais de contaminantes de alumina, sílica e fósforo.

O banco destacou, porém, que a divisão de metais básicos da mineradora deve reportar um resultado mais fraco em relação ao segundo trimestre do ano como consequência da queda nos preços do níquel e do cobre e de paradas para manutenção nas operações da companhia no Canadá, o que reduziu os volumes de produção desses produtos no terceiro trimestre do ano. O Santander prevê receita de US\$ 9,564 bilhões para a Vale de julho a setembro, Ebitda de US\$ 4,395 bilhões e lucro líquido de US\$ 1,495 bilhão no período.

A corretora Itaú BBA também prevê que a Vale irá apresentar "fortes" resultados no terceiro trimestre com base nas vendas e nos preços realizados do minério de ferro, apesar de um desempenho abaixo das expectativas no negócio de metais básicos. No terceiro trimestre, as vendas de minério de ferro e pelotas da Vale atingiram novo recorde, de 98,2 milhões de toneladas, 13,5% acima do segundo trimestre do ano. É importante destacar que, sazonalmente, o terceiro trimestre do ano costuma ser mais forte em termos de produção e vendas. O quarto trimestre do ano também costuma ser um bom período operacional para a empresa. Já o 1º trimestre é mais fraco por causa das chuvas.

A corretora previu que os preços realizados pela mineradora para os finos de minério de ferro devem ficar em US\$ 66 por tonelada no período julho-setembro, 5% acima do segundo trimestre. Esse desempenho será possível justamente pelos prêmios médios maiores recebidos no minério de ferro, embora o Itaú BBA lembre que deve haver impacto negativo dos maiores preços dos fretes no período. A corretora projeta receita de US\$ 9,63 bilhões, Ebitda de US\$ 4,55 bilhões e lucro líquido de US\$ 1,85 bilhão no período.

O Bradesco BBI trabalha com números semelhantes para a Vale no terceiro trimestre: receita de 9,805 bilhões, Ebitda de US\$ 4,509 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,092 bilhões. Para o Bradesco, o posicionamento da Vale como uma produtora de minério de ferro "premium" continua a se refletir positivamente na realização de preços da companhia. O banco destacou que os produtos "premium", como as pelotas e os finos de minério de Carajás (PA), aumentaram sua participação nas vendas do segmento de ferrosos de 77%, no segundo trimestre do ano, para 79% no terceiro trimestre de 2018. O aumento da

produção do S11D, em Carajás, foi importante para esse aumento. Os outros bancos e corretoras incluídos no consenso de Vale, feito pelo **Valor**, foram: XP, Scotia, Morgan Stanley, BTG Pactual, Bank of America Merrill Lynch e J.P. Morgan.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/10/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: Aberta na OMC disputa do açúcar com a China

A China tem prazo até o dia 26 para responder à Organização Mundial de Comércio (OMC) se aceita ter consultas com o Brasil sobre a queixa brasileira em relação a barreiras ao açúcar no mercado do país asiático, em uma última tentativa de buscar uma solução mutuamente satisfatória.

Se Pequim não aceitar, o que parece ser a tendência, o Brasil poderá apresentar o pedido de painel (comitê de investigação) contra a medida chinesa. Mas as consultas, que poderão ser realizadas até meados de dezembro, dificilmente vão dar resultado.

Em Pequim, o Ministério do Comércio da China reafirmou que sua salvaguarda, adotada para proteger os produtores chineses de açúcar contra as importações - e que elevou a tarifa sobre o produto brasileiro a 90%, derrubando as exportações - está em linha com as regras da OMC.

O Brasil contesta com uma série de argumentos detalhados no pedido que fez e que a OMC publicou ontem, oficialmente, em seu site.

Também é importante notar que negociadores brasileiros conversaram muito com autoridades chinesas sobre o imbróglio, durante meses. Se Brasília acionou o mecanismo de disputas da OMC, dizem fontes, é porque concluiu que Pequim não iria rever sua medida.

Com a confirmação do acionamento na OMC, o Brasil promove sua primeira abertura de disputa contra a China no órgão. E, paralelamente, o país e outros importantes produtores de açúcar do mundo cogitam entrar com uma outra disputa na OMC envolvendo a commodity, mas contra a Índia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/10/2018****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Etanol sobe, mas segue competitivo**

Os preços do etanol hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos) subiram em 17 Estados e no Distrito Federal (DF) na semana passada, mas o biocombustível permaneceu mais competitivo economicamente que a gasolina em oito unidades federativas, conforme levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no período encerrado no dia 20. Em sete Estados houve queda de preços do etanol, e no Amapá não foi feita pesquisa.

O etanol tem ficado mais caro para os motoristas porque a gasolina também tem registrado o mesmo movimento, puxado pela alta do petróleo no mercado internacional, mas, com isso, a diferença do preço do biocombustível ante o do combustível fóssil ainda apresenta folga.

Em Goiás, por exemplo, o etanol subiu 4,13% na semana passada ante a semana anterior e ficou em R\$ 3,098 o litro. Mesmo com essa alta expressiva, o preço médio ficou em 62,6% do valor da gasolina - ainda distante de 70%, patamar a partir do qual a gasolina fica mais competitiva economicamente.

Em São Paulo, maior polo consumidor, o litro do etanol subiu 0,8%, para R\$ 2,768, e ficou em 61,3% do preço médio da gasolina.

O etanol também está economicamente mais vantajoso do que o combustível fóssil no Distrito Federal, em Mato Grosso, em Minas Gerais, na Paraíba, no Paraná, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/10/2018****Seção: Finanças****Autor:****Título: Destaques**

Debêntures da Solar

O projeto Sobral I Solar Energia, controlado pela SER Energia, concluiu a emissão de R\$ 135 milhões em debêntures de infraestrutura com prazo de 2033. Os papéis pagarão IPCA mais 7,8907% ao ano. A Campo Largo Patrimonial emitiu R\$ 14 milhões em debêntures para 2028 e pagará uma remuneração de 9,75% ao ano mais a variação do IPCA. **(Silvia Rosa)**

MME / ASCOM .